

Pacote complica mais as contas da Prefeitura

Alta dos juros deve dobrar o gasto com os juros da dívida, gasto que não será compensado pelo respasse dos impostos; "podemos ter de manter a contenção dos gastos orçamentários", diz secretário

FLÁVIO MELLO

A elevação das taxas de juros praticamente vai dobrar as despesas mensais da Prefeitura com o pagamento do serviço da dívida mobiliária e dos empréstimos contratados com base na Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), o que deve tornar ainda mais grave a crise financeira. "As despesas mensais praticamente dobraram", afirmou o prefeito Celso Pitta (PPB) ao **Estado**. Ele referia-se ao pacote econômico com 51 medidas administrativas e econômicas divulgado pelo governo federal.

O secretário municipal das Finanças, José Antônio de Freitas, disse ontem que o município gasta cerca de R\$ 12 milhões mensais com o pagamento dos juros da dívida mobiliária — contrada por meio da emissão de títulos públicos no mercado financeiro. "Levando-se em conta empréstimos externos, internos e os Aros, devemos desembolsar algo em torno de R\$ 300 milhões este ano", ariscou Freitas.

Na avaliação de Freitas, o grande problema é a eventual manutenção da atual taxa de juros por um longo período. "Se isso ocorrer, teremos de manter a contenção dos gastos orçamentários", afirmou.

Com a atual política financeira, a

dívida mobiliária de São Paulo crescerá sem a contrapartida da receita tributária. Nos primeiros nove meses deste ano, a dívida mobiliária da Prefeitura passou de R\$ 5,109 bilhões para R\$ 5,795 bilhões.

Débito — O débito total da cidade atinge R\$ 8,395 bilhões — R\$ 5,795 em títulos públicos, R\$ 1,4 bilhão em empréstimos internos e externos, R\$ 800 milhões referentes a precatórios não-definidos pela Justiça e R\$ 400 milhões a empreiteiras, empresas de limpeza pública e às cooperativas do Plano de Atendimento à Saúde (PAS). O Orçamento para 1998 é de R\$ 8,475 bilhões, o que significa que se a dívida total fosse paga de uma só vez a Prefeitura ficaria com um saldo de R\$ 80 milhões para gas-

tar durante o ano.

Os técnicos acreditam que a redução da atividade econômica diminuirá a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mas não há ainda estimativa sobre o impacto.

Eles não contam com nenhum reforço de caixa por causa do aumento dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI), por meio do Fundo de Participação dos Municípios. "Receberemos R\$ 27 milhões em 98, quase nada", afirmou Freitas.

